



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



## CONTRATO 008/12-SEPOP

CONTRATO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO DOM BOSCO, CELEBRADO ENTRE ESTE MUNICÍPIO E A EMPRESA CONEL SERVIÇOS E OBRAS LTDA-EPP, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

### Cláusula 1.ª - PARTES E FUNDAMENTOS:

#### 1.1 - CONTRATANTE

Município de Poços de Caldas, CNPJ nº 18.629.840/0001-83, com sede na Av. Francisco Salles, nº 343, centro, Poços de Caldas - MG, neste ato representada pela Sra Cibele Terezinha de Melo Benjamin, Secretária Municipal Interina de Projetos e Obras Públicas,

#### 1.2 - CONTRATADA

Conel Serviços e Obras Ltda-EPP, com sede na Rua Assis Figueiredo, nº 1174, sala 17- Centro, CEP 37701-000, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 08.226.857/0001-36, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Luciano Batista, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG M-881.246 expedida pela SSP/MG e CPF 314.388.736-20, residente e domiciliado na Av. Justino Ribeiro, 80, apto 04, Bairro Jardim dos Estados CEP 37701-086, Poços de Caldas-MG.

#### 1.3 - FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre da Licitação Tomada de Preços nº 015/11, conforme Processo Administrativo nº 0438/11, efetuada com base na Lei Nº 8.666/93 e Legislação em vigor.

### Cláusula 2.ª - DO OBJETO:

Constitui objeto deste contrato a A EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO DOM BOSCO, conforme Especificações Técnicas, Critérios de Medição e Pagamento e Proposta Comercial e demais peças integrantes do respectivo Edital, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento.

### Cláusula 3.ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Compete à CONTRATADA:

- Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos seus empregados.
- Assegurar, durante a execução dos serviços, sua proteção e conservação.

Ana Maria de Vasconcelos  
Secretaria Municipal de  
Controle Interno

Carlos C. B. Carvalho  
SACI Matr. 15850

Ana Paula G. Sampaio Marcondes  
Procuradora Municipal  
Matrícula 11229  
OACI

Sergio Carlos Pereira - OAB-MG 78617



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



- c) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, imediatamente e às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.
- d) Permitir e facilitar à Fiscalização ou Supervisão da CONTRATANTE a inspeção dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados.
- e) Participar à Fiscalização ou Supervisão da CONTRATANTE a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação.
- f) Executar conforme a melhor técnica os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pela CONTRATANTE.
- g) Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, as legislações e posturas municipais sobre a execução de serviços em locais públicos.
- h) Substituir por exigência da Fiscalização, e à exclusiva conveniência desta, qualquer elemento do seu quadro de pessoal alocado aos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- i) Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local de execução dos serviços, para representá-la na execução do contrato.
- j) Responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
- k) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- l) Permitir consulta por parte da fiscalização do CONTRATANTE em quaisquer documentos relativos ao cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas, recolhimentos previdenciários e demais pertinentes a execução do contrato que se fizerem necessários.**
- m) Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de que foi vencedora.
- n) Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho;
- o) Consultar previamente a Fiscalização por escrito a respeito da similaridade dos materiais aplicados, quando for necessário a aplicação de outra marca que não a ofertada na propostas;
- p) Todas as despesas referentes ao transporte dos empregados, hospedagem e a alimentação dos mesmos, bem como, o transporte de todos os materiais necessários à execução da obra;

Ana Maria de Vasconcelos  
Secretaria Municipal de

Ana Paula C. Sampaio Marcondes  
Procuradora Municipal  
Matrícula 11999  
SAC

CM





Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



q) A fiel observância e cumprimento das disposições contidas no caderno de Especificações Técnicas e as devidas providências do registro da obra no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

r) Apresentar no ato da assinatura do contrato a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), referente à obra em questão, bem como, o comprovante de recolhimento da garantia à execução da obra e seus complementos na hipótese de aditivos ou prorrogação do prazo de vigência contratual.

s) Apresentar num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a composição dos custos unitários (mão de obra, materiais, equipamentos, etc...) mencionados na sua planilha de custos.

t) comunicar à fiscalização o término da obra dentro do prazo máximo de 05 dias úteis.

#### **Cláusula 4.ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

As obras contratadas serão executadas sob o regime de **empreitada por preço unitário**.

#### **Cláusula 5.ª - DO VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

##### **5.1 – DO VALOR**

O objeto descrito na cláusula segunda será executado pelo preço de R\$ 936.668,61 (novecentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos)

##### **5.2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas objeto desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária nº 02.07.03.12.365.1205.1101.449051-416 para o exercício vigente e dotações respectivas para o exercício seguinte.

#### **Cláusula 6.ª- DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

6.1 - As medições discriminando e pormenorizando os serviços executados, serão efetuadas no último dia útil do mês da prestação dos serviços, conforme o **caderno de Critérios de Medição** e os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após a emissão das faturas sendo que as mesmas deverão ser emitidas em reais.

6.2 Em todas as faturas deverão ser anexadas:

- a) CND do INSS e CRF do FGTS;
- b) Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS);
- c) Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP);
- d) Folha de Pagamento do pessoal efetivamente a serviço da obra;
- e) Cópia da matrícula da obra junto ao INSS (CEI);
- f) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal;
- g) Relatório Fotográfico do serviço executado
- h) Diário de obras do período

Ana Maria Vasconcelos  
Secretária Municipal de  
Controle Interno

Ana Paula G. Sampaio Marcondes  
Procuradora Municipal  
Matrícula 111279  
SACI



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



6.3 As faturas deverão ser emitidas em reais e deverão discriminar o valor referente à mão de obra e materiais;

6.4 No ato do pagamento, a critério da Secretaria Municipal da Fazenda, valor referente ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) poderá ser retido;

6.5 O efetivo pagamento das medições estará condicionado à apresentação dos documentos acima exigidos;

6.6 O pagamento referente à última medição somente será liberado apresentação do seguinte:

6.6.1 - comunicação, por escrito, da entrega da obra pela Contratada e o aceite da mesma pelo Engenheiro Fiscal.

6.6.2 - apresentação (se exigíveis):

- a) da comprovação de baixa da matrícula da obra junto ao **INSS (CEI)**
- b) apresentação do **AVCB- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros**;
- c) **As Built** dos serviços executados.

**Cláusula 7.ª - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

O prazo de execução da obra é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos**, contados da data da emissão da ordem de serviço pela *Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas*

**Cláusula 8.ª - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- a) Prestar à CONTRATADA eventuais esclarecimentos adicionais necessários à execução da obra;
- b) Efetuar os pagamentos na forma da Cláusula 6ª;
- c) Indicar o responsável para acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem executados;
- d) Aplicar as penalidades cabíveis quando for o caso;
- e) Sustar qualquer serviço em execução, que comprovadamente não esteja sendo executado com boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou bens da CONTRATANTE, ou ainda por inobservância às ordens e instruções da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA todos os ônus da paralisação.

**Cláusula 9.ª - DAS MODIFICAÇÕES E OU ALTERAÇÕES DO CONTRATO:**

Ana Paula C. Sampaio Macedo  
Procuradora Municipal  
Matrícula 1.2529  
(SMC)

Qualquer modificação de forma ou quantidade dos serviços objeto deste contrato, poderá ser determinada pelo CONTRATANTE, mediante termos aditivos e observados os limites previstos no § 1º, do art. 65 da Lei nº 8666/93, sendo que a prorrogação do prazo de execução da obra poderá ocorrer a critério do MUNICÍPIO nos casos de acréscimo dos quantitativos antes previstos; ou ainda na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, reconhecida pelo Município.





Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



**Cláusula 10.ª - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO**

A Fiscalização da execução dos serviços será feita pelo Município, através de seus serviços próprios de engenharia, ou por terceiros legalmente autorizados.

**Cláusula 11.ª - DAS PENALIDADES:**

11.1 A recusa injustificada do Adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou rejeitar o instrumento equivalente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o ao pagamento da multa de 10% do valor do contrato;

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, garantida a prévia defesa, serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução parcial do contrato a ser paga pela CONTRATADA, quando deixar de cumprir qualquer cláusula do mesmo ou der motivo à sua rescisão
- c) Suspensão temporária do direito de participação em licitações com o Município de Poços de Caldas pelo prazo de 2 (dois) anos.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso da CONTRATADA subcontratar no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem a expressa anuência da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.
- e) Pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos neste contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso.
- f) Multa de 20% (vinte por cento) pela inexecução total do contrato, incidindo sobre o valor total do mesmo.
- g) Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato pela realização da obra ou serviço em desacordo com as Especificações Técnicas – Anexo I, do Edital.

A aplicação de qualquer penalidade prevista neste contrato não exclui a possibilidade das demais penalidades previstas nos artigos 81 a 88 da **Lei Federal nº8.666/93** e alterações.

**Cláusula 12.ª - DA RESCISÃO:**

A CONTRATANTE poderá promover a rescisão do contrato, garantida a ampla defesa, se a CONTRATADA:

- a) Não observar os prazos estabelecidos, no contrato ou em ordem de serviço.
- b) Não observar o nível de qualidade proposto para execução dos serviços e obras.

**Ana Paula G. Sampaio Marcondes**  
Procuradora Municipal  
Matrícula 11929  
SMP



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



- c) Desatender às determinações regulares da Fiscalização.
- d) Paralisar as atividades por prazo superior a 3 (três) dias, sem motivo justificado e sem prévia autorização.
- e) Estiver cumprindo o contrato com lentidão, levando a presumir a não conclusão da obra ou serviço no prazo estipulado.
- f) Subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto de contrato, sem a prévia e expressa autorização.
- g) Dissolver a sociedade, alterar o contrato social ou modificar a finalidade ou a estrutura da empresa, de tal forma que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato.
- h) Tiver decretada sua falência, ou instaurada sua insolvência civil.

Rescindido o contrato, a CONTRATADA:

-Terá retido todo o crédito decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

#### **Cláusula 13ª - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

Para os fins do disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser observado:

A CONTRATADA, antes do pagamento da última parcela prevista em cronograma físico financeiro, formalizará através de comunicação por escrito em no máximo 05 (cinco) dias úteis, o encerramento dos serviços/obras à fiscalização e solicitará o termo de recebimento provisório.

Após tal comunicação ao CONTRATANTE, será lavrado o citado **Termo de recebimento provisório** em até dez dias úteis.

13.1 O referido recebimento provisório não isenta a contratada da responsabilidade decorrente de defeito de execução, nem de sua obrigação pela conservação e proteção do serviço realizado, tudo sem ônus para o Município.

13.2 O Município rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento, se em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-lo com o abatimento de preço que couber, desde que lhe convenha.

13.3 O **recebimento definitivo** dos serviços será efetuado pela comissão supracitada, mediante termo assinado pelas partes desde que a obra/serviços não apresentem vícios ou defeitos.

Ana Maria de Vasconcelos  
Secretária Municipal de  
Controle Interno

Ana Paula G. Sampaio Marcondes  
Procuradora Adjunta  
Matrícula 22829  
SMCI

401





Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



13.4 Nos termos do Art. 9º do Decreto Municipal 9.953/10 para obter o atestado de conclusão dos serviços, a liberação do Termo de Recebimento Definitivo do Serviço de Engenharia, a empresa executora deverá apresentar à Comissão de recebimento, juntamente com o Termo de Recebimento Provisório, os seguintes documentos:

- I - As *Built* de todos os projetos devidamente plotados e assinados;
- II - cópia dos Boletins de Fiscalização de Obra (emitidos pelo Fiscal), bem como laudos de medição da obra, contendo a especificação e quantificação dos serviços executados, devidamente datados e assinados pela fiscalização;
- III - cópia do Diário da Obra (emitido pela Contratada);
- IV - ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os projetos com seus devidos recolhimentos;
- V - laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros (se for o caso);
- VI - relatório fotográfico (quando solicitado pela Comissão / Fiscalização);
- VII - cópia dos manuais e certificados de garantia dos equipamentos instalados na Obra pela Contratada (ar-condicionado, elevador, compressor, transformador, entre outros);
- VIII - ART's de execução de obra;
- IX - documento de prestação de garantia contratual oferecida para assegurar a plena execução do contrato, quando cabível;
- X - matrícula da obra junto ao INSS;
- XI - comprovantes de que o contratado se mantém em situação regular no cumprimento dos encargos sociais.

#### **Cláusula 14ª - DA REVISÃO CONTRATUAL**

Na eventualidade de prorrogação do prazo de execução das obras por período que ultrapasse 12 meses da data de apresentação das propostas, por motivos justificados e aceitos pela Administração, o saldo contratual, a critério da CONTRATANTE, será reajustado conforme a variação do Índice pertinente **publicado pela Fundação Getúlio Vargas**, ocorrida entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, salvo modificações na política monetária em vigor.

#### **Cláusula 15ª DA GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

15.1. A CONTRATADA prestou garantia, em conformidade com os termos dispostos no edital no seu item 17, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo ser atualizada a cada acréscimo ou diminuição do objeto do mesmo. A vigência da referida caução terá validade até 90 (noventa) dias após o término do contrato;

15.2. O valor de R\$ 46.833,43 (quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos) dado em garantia, responderá pelas multas aplicadas à CONTRATADA, podendo ser retido para satisfação de perdas por parte da CONTRATADA no curso do contrato, devendo ser exigida complementação, caso seja insuficiente o valor disponível para atender ao débito

Ana Maria de Vasconcelos  
Secretaria Municipal de  
Contratos Internos

Ana Paula G. Sampaio Marcondes  
Procuradora Municipal  
Matrícula 31879  
SMCP



SANCTO SOLI ET PROGRESSO

Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



### Cláusula 16ª - DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Poços de Caldas para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Poços de Caldas, 01 de MARÇO de 2012

Cibele Terezinha Melo Benjamin  
Secretária Interina de Projetos e Obras Públicas  
(Contratante)

Eduardo Luciano Batista  
Conel Serviços e Obras Ltda - EPP  
Contratada

### TESTEMUNHAS:

nome: Rescátome S. Louisa Siqueira  
endereço: R. Thales Tomaz, 99  
CPF: 98492490663

nome: Ana Paula C. Sampaio Marcondes  
endereço: R. Am. João, 40  
CPF: 60480211604

Ana Maria de Vasconcelos  
Secretaria Municipal de  
Controle Interno

Ana Paula C. Sampaio Marcondes  
Procuradora Municipal  
Interior, 1953  
SUEL